



**XVIII ENANPUR**  
NATAL 2019  
27 a 31 maio

## **O desafio das Cidades Sustentáveis: prós e contras de uma proposta para o desenvolvimento urbano**

### **Autores:**

Ana Célia Baía Araújo - UFRN - [araujo.acba@gmail.com](mailto:araujo.acba@gmail.com)

Zoraide Souza Pessoa - UFRN - [zoraidesp@gmail.com](mailto:zoraidesp@gmail.com)

### **Resumo:**

É possível um desenvolvimento urbano sustentável? Os problemas ambientais e socioeconômicos nas cidades acabam sendo reforçados no desenvolvimento urbano, por meio de uma racionalidade econômica que permeia o planejamento e a gestão urbanas, sendo de certa forma antagônico às preocupações ambientais. Nesse aspectos, as discussões ambientais e urbanas vêm adotando a proposta de Cidades Sustentáveis (CS) como uma alternativa ao modelo atual de desenvolvimento urbano, inclusive com o endosso das agendas das Nações Unidas. Contudo, as CS ainda são uma proposta que, conceitualmente, dialoga com a sustentabilidade urbana e o desenvolvimento sustentável mas contestada por todas as suas contradições. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar os prós e contras de uma proposta para o desenvolvimento urbano baseada nas CS, a partir de revisão bibliográfica, observando os contextos das cidades, suas desigualdades, riscos e como os discursos da sustentabilidade urbana e do desenvolvimento sustentável.

# **O DESAFIO DAS CIDADES SUSTENTÁVEIS**

prós e contras de uma proposta para o desenvolvimento urbano

## **INTRODUÇÃO**

O mundo urbano já abriga mais da metade da população do planeta, e os processos de urbanização espalham globalmente e de forma desigual tanto os benefícios quanto as crises da produção urbana do espaço. Com isso, o planejamento urbano e a gestão das cidades e áreas metropolitanas vem se inserindo em discussões na busca de alternativas para a urbanização e o desenvolvimento urbano que busquem mitigar os impactos e adaptar o ordenamento territorial e distribuição socioespacial das cidades às condições de ambiente e clima locais e regionais. O movimento de (re)pensar o planejamento das cidades para um modelo em que o desenvolvimento urbano possa ser mais social e ambientalmente sustentável passará a ser essencial daqui a alguns anos, considerando tanto as desigualdades que esses processos carregam em si quanto pelos problemas ambientais e climáticos desencadeados por esses.

Por um lado, uma parcela da população urbana usufrui dos avanços técnico-científicos, da infraestrutura e do conforto que a vida urbana e sua produção econômica disponibiliza, por outro, grande parte do mundo sofre com as consequências socioeconômicas das políticas econômicas e de expansão de mercados, que promovem exclusão, desigualdades e vulnerabilidades no mercado de trabalho e na gestão e planejamento urbanos. As cidades, sejam elas grandes aglomerados urbanos como metrópoles ou pequenas comunidades, enquanto aglomerações urbanas, são permeadas em diversos níveis por questões de desigualdade socioeconômica e questões que envolvem uma mudança de discurso para melhorar as condições ambientais, como propostas de consumo consciente e saneamento básico: o meio urbano e o padrão do desenvolvimento urbano são um desafio quando considera-se promover mudanças nos padrões insustentáveis de consumo (JACOBI, 2015, p. 51).

Entende-se que as questões urbanas, que comprometem a qualidade de vida e a saúde ambiental, estão diretamente associadas às precariedades inerentes ao próprio modelo industrial e capitalista de desenvolvimento urbano, como o déficit habitacional que por vezes conduz uma parcela da população à moradia em ocupações de áreas de risco. Os impactos resultantes desse desenvolvimento urbano quando acrescidos dos efeitos das mudanças climáticas que se intensificam nas cidades e regiões metropolitanas (FURTADO, 2015) afligem a população com condições de vulnerabilidades e riscos a desastres, todavia, no caso

brasileiro, reproduz-se a lógica que, fragmentada, isola o planejamento urbano de um olhar mais sistêmico para o desenvolvimento urbano, restringindo-o às questões puramente urbanas, em detrimento de uma visão holística do que seria o planejamento inserido em um contexto socioeconômico e ambiental: como se no cotidiano da sociedade todos esses fatores não fossem apenas nuances de uma mesma realidade espacial, política e econômica que existe naquele espaço (cidade ou região).

A conjuntura social, política e econômica, com ideias de um desenvolvimento urbano pautado em exploração dos recursos humanos e naturais, torna as cidades espaços de transformação e interferência antrópica intenso, de um feroz metabolismo urbano que demanda e consome altas quantidades de recursos, afetando negativamente os ciclos naturais e a recuperação dos recursos (inclusive devido ao descarte que não consegue reinserir esses recursos em uma cadeia produtiva, seja no âmbito de produção do espaço urbano ou mesmo no sentido literal de produção de materiais). A esse respeito, dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre o cenário urbano caracterizam-no da seguinte forma (ONU-BR, 2016): “as cidades são responsáveis por 80% do Produto Interno Bruto (PIB) global, usam 80% da energia global e produzem mais de 70% das emissões de gases de efeito estufa”. Em outras palavras, interpretam-se esses dados do PNUD na visão de que as dinâmicas de desenvolvimento (urbano, industrial, econômico) mundiais, com o elevado consumo dos recursos energéticos planetários e as elevadas quantidades de emissão gasosas que provocam o efeito estufa, são a gênese tanto dos problemas urbanos quanto do desenvolvimento.

Nesse contexto, a ideia de relacionar o crescimento econômico com gestão, planejamento, ambiente, mudanças climáticas e desenvolvimento urbano remete à proposta de Cidades Sustentáveis (CS). Questiona-se o que as CS tem para oferecer ao planejamento e gestão quanto à dimensão urbana do território e como se conciliam os processos de desenvolvimento econômico, industrial e urbano. Dentre essas indagações, a proposta das Cidades Sustentáveis alinha-se com o “Desenvolvimento Sustentável” (DS) como ferramenta para o desenvolvimento urbano. Contudo, segundo Limonad (2013, p. 125-126), o DS como “obsessão generalizada” na atualidade vem sendo utilizado indistintamente Estados e corporações como meio destes divulgarem-se como instituições com sensibilidade ambiental, independente de profundas transformações em suas práticas que possam de fato alinhar-se com o conceito inicial, conforme Relatório Brundtland, em que o DS é o desenvolvimento “que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (PRADO, 2015, p. 86).

As discussões em âmbito internacional que colocam em cheque o conceito de DS versus suas aplicações práticas confrontam com a moda que se estabeleceu do uso do DS como solução fácil para “a questão ambiental”. Por vezes contestado como contraditório, o discurso do desenvolvimento sustentável afirma ser possível aliar as dinâmicas do desenvolvimento urbano e econômico com uma relação saudável com o meio ambiente e com as pessoas. Contudo, os processos de desenvolvimento urbano e econômico, em sua natureza, não são ambiental e socialmente sustentáveis, ao mesmo tempo que com a discussão da sustentabilidade no desenvolvimento urbano, tornou-se mais comum considerar a dimensão ambiental das cidades, levando cidades a pensar um desenvolvimento urbano sustentável

passa a ser uma meta para o desenvolvimento sustentável, tendo as Cidades Sustentáveis (CS) como objetivo para atingir a sustentabilidade urbana.

Por isso, o presente artigo se propõe a examinar a proposta das Cidades Sustentáveis como orientação para o desenvolvimento urbano, ou o Desenvolvimento Urbano Sustentável (DSU), de forma a analisar essa proposta quanto aos prós e contras apontados acerca da sua adoção como conceito orientador para o planejamento urbano e gestão pública. Este artigo realizou uma revisão teórica, a partir de pesquisa bibliográfica, de trabalhos na área de planejamento urbano, gestão e políticas urbanas, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Esses temas embasarão as discussões aqui promovidas, sistematizadas nos itens a seguir intitulados “meio ambiente, sociedade e desenvolvimento urbano”, “O desenvolvimento (in)sustentável: discursos e críticas”, e “Considerações finais” sobre a discussão.

## MEIO AMBIENTE, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO URBANO

Antes de debater sobre os prós e contras da proposta de um desenvolvimento urbano sustentável voltado para o planejamento de Cidades Sustentáveis, é preciso caracterizar como o desenvolvimento urbano atual suscitou a emergência de propostas desse tipo, que tentam mitigar e se adaptar a uma sobrevivência urbana menos danosa para o meio ambiente. O desenvolvimento urbano sistematizou um *modo vivendus* da população urbana compatível com as relações capitalistas em rede entre cidades e regiões, de forma que o modo urbano de vida foi também derivado do crescimento econômico. Todo esse processo de urbanização deriva do desenvolvimento industrial no século XVIII, e ao longo do tempo, esse processo vem transformando-se e evoluindo de acordo com as tendências econômicas, regionais, temporais e políticas do contexto urbano em que se aplica.

Hoje, na era da informação, da expansão de mercados e da globalização, esses processos do desenvolvimento urbano são percebidos como motores de profundas transformações no meio natural, implicando em danos e impactos ambientais e climáticos, que acumulando-se e transformando-se ao longo dos últimos séculos, têm-se mostrado desastrosos para as áreas urbanas e para a vida animal, vegetal e humana. A urbanização e as dinâmicas do desenvolvimento econômico são causa de vários problemas ambientais (JACOBI, 2014). Esses problemas vão desde a escassez e restrição aos recursos naturais até as alterações nas dinâmicas naturais do clima, sob o termo de “mudanças climáticas”. A organização das cidades sob a égide do desenvolvimento capitalista ocidental e globalizado está intrinsecamente ligada às origens das problemáticas sociais, ambientais e econômicas que afetam sociedade e todo o planeta.

O cenário urbano é produzido socialmente para favorecer as atividades e tudo aquilo que envolve o modelo de desenvolvimento. Conseqüentemente, as cidades findam por tornar-se lugares que tanto (re)produzem as formas de acumular riquezas no modo de vida urbano, como espacializam inúmeras questões de desigualdade derivadas das condições econômicas de renda e mercado de trabalho, recursos, infraestrutura urbana e moradia –

cotidianos na vida urbana, principalmente nas regiões de periferia do capitalismo global (MARICATO, 2017).

Nessa conjuntura, as cidades caracterizam-se pelo desenvolvimento pautado na desigualdade, por reproduzirem desigualmente em seus territórios as condições de qualidade de vida e de sobrevivência para a população urbana. Devido a esse padrão urbano, também as condições de vulnerabilidade (seja ela socioambiental, social, socioclimática) são heterogeneamente repartidas pelos grupos sociais e localizações urbanas. Nas cidades periféricas do mundo globalizado, a exemplo do trabalho de MARICATO (2017) sobre cidades brasileiras, essas condições de vulnerabilidade e desigualdades recaem intensamente sobre as populações pobres, conforme trecho a seguir:

Restrita da cidade formal (ou mercado), a população pobre ocupa as áreas que restam ou que não interessam ao mercado imobiliário. Muitas dessas áreas são ambientalmente frágeis (com manguezais, dunas e florestas protegidas por lei, reservatórios, áreas de proteção permanente, parques nacionais, parques estaduais e encostas íngremes). Além dos impactos ambientais, as habitações construídas nessas áreas estão sob constante risco de colapso, que durante todas as estações chuvosas responde por acidentes e vítimas. (MARICATO, 2017, p. 22, tradução nossa).

Com tantos problemas ambientais associados às condições socioeconômicas e urbanas de uma população pobre e de grupos sociais marginalizados pelo sistema formal do mercado capitalista, de acordo com a citação acima de MARICATO (2017, p. 22), é indispensável que o desenvolvimento urbano, seu planejamento e gestão, considerem o elo indissociável que as essas dimensões resguardam entre si, ou adotando a lógica de SMITH (1988) o quanto são elementos de um mesmo complexo, e que os impactos se refletem em todo o sistema. Por isso, ao considerar que o desenvolvimento urbano determina as possibilidades de moradia e deslocamento no espaço, distribuindo seus ônus e bônus conforme condições financeiras, *status* e grupos sociais, podemos afirmar que ele é alavanca para fenômenos urbanos como a segregação residencial, a crise ambiental e a própria questão urbana.

O desenvolvimento urbano também caracteriza-se por ser carregado de vulnerabilidades, riscos, perigos e desastres. Nesse caso, para melhor entendimento, definem-se riscos, perigos e desastres a partir das palavras da autora Furtado (2015, p. 20):

Risco é um construto eminentemente social, ou seja, é a percepção humana da probabilidade de ocorrência de um evento potencialmente perigoso ou danoso (ALMEIDA, 2011), daí a maioria dos autores e organismos internacionais usarem, atualmente, o termo risco de desastre. O perigo, ou ameaça, é o próprio evento potencialmente danoso. Já desastre refere-se a alterações severas no funcionamento normal de uma comunidade ou sociedade, originadas da combinação de eventos físicos e condições de vulnerabilidade social (IPCC, 2012).

Compreendendo como as cidades se relacionam às mudanças climáticas, às questões ambiental e socioeconômica, o consenso que conduz às ideias de sustentabilidade urbana é

baseado na premissa urgente em abordar como a gestão urbana e os processos de desenvolvimento e de urbanização podem se (re)estruturar para responder aos eventos naturais e climáticos, ao mesmo tempo em que promovem sustentabilidade e resiliência.

O geógrafo Neil Smith (1988, p. 220) conecta esses temas/problemas ao afirmar que “o desenvolvimento desigual é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica e é simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica para certos fins sociais determinados”. A partir dessa citação, entende-se que esse elo resume-se a uma grande, intrincada e densa cadeia de causa e efeito, que se retroalimenta e que se reproduz em escala mundial: o padrão de desenvolvimento capitalista foi globalizado pelas grandes nações para todo o mundo e, daí, as relações da sociedade com a natureza e o próprio modo de vida humano começaram a ser guiados pela objetificação dos recursos sociais e naturais.

Nessa perspectiva, como o planejamento urbano e a gestão pública das cidades pode se dispor a alternativas que de alguma forma se adaptem ou mitiguem essas questões? Nesse viés, os debates de vários organismos internacionais vêm se propondo a reunir representantes de vários países com o intuito de estudar as questões do meio ambiente, do meio urbano, do desenvolvimento e sociedade, e como essas dimensões podem coexistir saudavelmente nas dinâmicas de desenvolvimento. Nas discussões internacionais a partir da segunda metade do século XX, nas últimas décadas, o meio ambiente começa a ser considerado nas dinâmicas de desenvolvimento, ainda em uma visão fragmentada e objetificada, ao ser entendido como fator essencial a ser utilizado pela sociedade para a manutenção do crescimento econômico e desenvolvimento nas cidades.

A pauta ambiental tornou-se comum às agendas públicas, empresariais e da sociedade civil organizada, tendo em vista os movimentos sociais que questionam os efeitos que a expansão urbana provoca associada ao déficit de condições adequadas universalizadas de qualidade de vida e recursos nas cidades, apesar de que, quando associado às desigualdades do desenvolvimento, as propostas e soluções do debate ambiental ainda permanecem presas a uma ideia de meio ambiente como dimensão isolada, paralela ao sistema urbano.

Para Limonad (2013, p. 126) essa preocupação em parecer sustentável se explica pelas guerras de patentes e confrontos sociopolíticos. Acserald (1999, p. 81-82) explica que é a competitividade por investimentos e planejamentos estratégicos a motivação desses organismos em adotar o discurso ambiental, enquanto que Prado (2015, p. 92), baseado na obra de Acserald (1999), complementa esse ponto de vista ao explicar que “em um cenário mundial de competição acirrada para atrair fluxos de capital e gerar empregos, o “desenvolvimento sustentável” é um modelo útil para tornar as cidades mais “atraentes”.

## AS PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL DAS NAÇÕES UNIDAS

Tornar as cidades (e tudo o mais que for possível, sejam comportamentos, corporações ou o marketing) sustentáveis passou cada vez mais a ser o ideal de planejamento urbano do final do século XX e dos atuais decênios do alvorecer do século XXI, e com esse ideal a proposta de Cidades Sustentáveis vem sido debatida e escolhida como solução para os problemas



ambientais do desenvolvimento urbano. Hoje parte comum aos discursos institucionais, as discussões ambientais desde 1960 até a atualidade vêm se popularizando e percorrendo um caminho voltado a um discurso que se destaca desde o Relatório Brundtland (em 1988) e consagrado na icônica Conferência Internacional das Nações Unidas Eco-92 (convenção ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992): o desenvolvimento sustentável.

O DS se baseia no “triple bottom line” (termo conhecido no português como “tripé” ou “tríade” da sustentabilidade), que propõe alinhar com a mesma importância as dimensões ambiental, social e econômica em um modelo de desenvolvimento (SOUZA, 2016, p. 12). Todavia, a convergência de dimensões tão distintas como ambiente, sociedade e economia, conforme relata Prado (2015, p. 88), na proposta do DS “jamais poderia ser considerada um esforço fácil” e polêmicas quanto a sua relevância enquanto proposta válida para resolver problemas de uma sociedade submersa em variadas crises.

Apesar disso, as Nações Unidas (ONU) fazem esse esforço de conciliação de dimensões do desenvolvimento ao utilizar o discurso do DS como marco para orientação de diversas propostas de planejamento urbano e administração pública nas cidades, promovendo acordos e parcerias que estão em busca de uma existência e sobrevivência humana menos danosa para o planeta. Mensurando que mais da metade da população mundial reside em áreas urbanas (ONU, 2015), os conflitos urbanos e as chamadas crises ambiental e climática são cada vez mais impactantes na realidade das cidades. Por isso, a ONU (2015) defende que pensar as cidades em uma maneira de manter o desenvolvimento enquanto cuida-se da sobrevivência da vida no planeta torna-se uma questão urgente do desenvolvimento urbano, e é nesse contexto que a adoção do conceito de Cidades Sustentáveis como destaque das propostas das Nações Unidas para o desenvolvimento urbano sustentável.

A ONU, que desde os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e Agenda 21 vem utilizando o discurso do DS, desenvolveu a proposta atual dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Agenda 2030, aderidos por vários países na Conferência de Nova York em 2015, e da Nova Agenda Urbana (NAU), esta última elaborada em Quito, Equador, em 2016 na Conferência Habitat-III – com ligação direta e destaque para o ODS 11 – Comunidades e Cidades Sustentáveis e adesão também de vários países signatários.

O desenvolvimento urbano sustentável, guiado para o DS e apoiando-se em conceitos como Resiliência urbana e Adaptação Climática, se espalha em diversas propostas de modelos urbanos, como as Cidades Verdes, Cidades Adaptáveis, Cidades Resilientes, entre outros: entretanto, as Cidades Sustentáveis são a proposta resultante direta dessa discussão. Ferreira (2017) que uma Cidade Sustentável pode ser assim definida “como aquela capaz de evitar a degradação e manter a saúde de seu sistema ambiental, reduzir a desigualdade social e prover a seus habitantes um ambiente construído saudável” (FERREIRA, 2017, p. 09). Souza (2016, p. 19) complementa essa ideia com a noção de uma sociedade sustentável em cidades:

Sociedades, culturas, tecnologias, valores e aspirações mudam, e uma sociedade sustentável deve ser capaz de sustentar as mudanças. Ela deve permitir um desenvolvimento contínuo e viável. De certo modo, o desenvolvimento sustentável é o resultado imprevisível de um processo

evolutivo; por isso, devemos considerar o espaço de possibilidades futuras que é restringido rigidamente pelas leis da natureza, pelas regras da lógica, pelos limites do ambiente físico, pelo fluxo de energia, de organismos e ainda, por fatores associados aos seres humanos. (SOUZA, 2016, p. 19).

Em inúmeras conferências internacionais, como a Habitat – cujo enfoque aborda os temas sobre habitação e desenvolvimento urbano sustentável – o conceito de CS tem ganhado destaque devido a sua adoção pelo discurso das Nações Unidas. Proposições com grande número de adesões pelos países e com ambiciosas metas para o desenvolvimento sustentável no desenvolvimento urbano, a ONU descreve suas propostas “ambiciosas” para Cidades Sustentáveis no ODS 11 “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (ONU, 2015, s.p).

A Nova Agenda Urbana complementa esse ODS, aprofundando as orientações aos governos signatários da NAU, conforme lê-se no trecho a seguir:

Partilhamos a visão de cidades para todos, no que se refere à igualdade de utilização e fruição de cidades e aglomerados urbanos, procurando promover a inclusão e assegurar que todos os habitantes, das gerações presentes e futuras, sem discriminações de qualquer ordem, [...] possam habitar e construir cidades e aglomerados urbanos justos, seguros, saudáveis, acessíveis, resilientes e sustentáveis e fomentar a prosperidade e a qualidade de vida para todos. [...] 12. Visamos construir cidades e aglomerados urbanos em que todas as pessoas possam desfrutar de direitos e oportunidades iguais, assim como de liberdades fundamentais. (ONU-HABITAT, 2016, p. 5)

As propostas de Cidades Sustentáveis do ODS 11 e da NAU são baseadas em orientar a gestão e o planejamento urbano dos territórios de todos os Estados signatários para o DS. Entretanto, a adoção das “Cidades Sustentáveis” como premissa para atingir um “desenvolvimento urbano sustentável”, pregado pelas Nações Unidas, suscita indagações diversas. Além dos questionamentos acerca de como se daria a implementação da NAU e do ODS 11 para atingir os patamares e princípios desejados a CS e se isso seria efetivo para melhorar as condições ambientais e socioeconômicas nas cidades que adotassem essas diretrizes, existem as próprias indagações quanto ao discurso do desenvolvimento sustentável enquanto alternativa para solucionar as questões de desigualdades e ambientais do desenvolvimento capitalista.

Ademais, aqui destacamos a diferença entre a sustentabilidade urbana e o desenvolvimento sustentável: observados como dois conceitos afins contudo não iguais, e que conforme aplicados determinam sucesso e coerência para a proposta de Cidades Sustentáveis e para o planejamento e gestão do desenvolvimento urbano sustentável. LASCHEFSKI (2013, p. 147) e PRADO (2015, p. 93) esclarece ainda que ao assumir que o desenvolvimento urbano sustentável pode se dar por meio de “ajustes” tecnológicos através do progresso da ciência, o discurso da modernização ecológica também se alinha à proposta das Cidades Sustentáveis. Apesar de não ser objeto de análise desta pesquisa em si, a modernização ecológica (ME)



também tem sua parcela na fixação de premissas para Cidades Sustentáveis ligadas às soluções puramente técnicas e tecnológicas para os problemas socioambientais.

Prado (2015, p. 94) explica a similaridade e afinidade que a ME compartilha com o DS, tendo em vista que a estratégia de modernização ecológica “é aquela que propõe conciliar o crescimento econômico com a resolução dos problemas ambientais, dando ênfase à adaptação tecnológica, à celebração da economia de mercado, à crença na colaboração e no consenso”. Por isso, premissas como em que as tecnologias limpas poderão resolver problemas de eficiência energética e produtiva e que essas são as soluções para os problemas das dimensões do tripé da sustentabilidade são criticadas no âmbito da sustentabilidade urbana por desconsiderarem as dinâmicas do território, a construção social do espaço, os interesses e pressões políticas e econômicas que dirigem o desenvolvimento urbano.

Sobre o DS, Prado (2015, p. 85) destaca que com “a universalização do conceito” graças ao contexto de adesão à defesa do meio ambiente, discursos e práticas relacionados à “questão ambiental” passaram a ser elaborados e legitimados. A adoção do termo “desenvolvimento sustentável” passou, desde então, a “conferir caução e legitimidade a qualquer discurso e prática envolvendo questões ambientais, além de sempre evocar o consenso” (PRADO, 2015, p. 85-86). E seguindo a mesma linha de pensamento, o autor LASCHEFSKI (2013, p. 164) além de questionar o modelo do desenvolvimento e das propostas por um desenvolvimento sustentável, ainda faz uma revisão sobre a sustentabilidade urbana e as dinâmicas citadinas.

Adotaremos a fala de SOUZA (2016) sobre a sustentabilidade urbana, no viés sistêmico, ser de fato o conceito que poderá nortear as cidades e regiões rumo a um desenvolvimento urbano mais sustentável. Para a autora, “a abordagem sistêmica da sustentabilidade é a que, de certa forma, mais se aproxima da possibilidade de manter o equilíbrio da tríade da sustentabilidade” (SOUZA, 2016, p. 14) e essa sustentabilidade como “ir além do reducionismo econômico e respeitar as características intrínsecas e não redutíveis das dimensões ambiental, econômica e social é integrar essas dimensões numa visão sistêmica” (SOUZA, 2016, p. 18).

Enquanto a maior crítica à aplicabilidade do DS como orientação ao planejamento e gestão das cidades é a “tendência a desequilibrar o tripé da sustentabilidade ao tentar operacionalizar o conceito” (SOUZA, 2016, p. 12). Prado (2015, p. 87) contesta as propostas do DS pois para ele não seria possível manter o desenvolvimento econômico mundial de uma maneira mais cuidadosa em relação aos recursos naturais, apesar de que o discurso adotado do DS “fez convergir os interesses de um mundo estruturado ainda em torno das forças produtivas capitalistas, e, portanto comprometido com a ideia de desenvolvimento, porém, a partir daquele momento, preocupado com o meio ambiente”.

## O DESENVOLVIMENTO (IN)SUSTENTÁVEL E O CONCEITO DE CIDADE SUSTENTÁVEL: discursos e críticas

Ao considerar a natureza do desenvolvimento que existe na sociedade capitalista atual, observa-se que ainda existem premissas permeando o discurso de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável que pregam essa coexistência entre as dimensões pois as

veem como elementos independentes: dissocia-se a dimensão espacial, da dimensão social, da dimensão ambiental, da dimensão climática, da dimensão econômica. Smith (1988, p. 123), há três décadas, já combinava com essa observação crítica sobre as discussões das questões de desenvolvimento que envolvem a dimensão urbana e ambiental, conforme compreende-se sua fala no trecho a seguir:

A noção de que o espaço e a sociedade "interagem" ou que os padrões espaciais "refletem" a estrutura social não é somente grosseira e mecânica na sua elaboração, mas também impede mais discernimento com relação ao espaço geográfico; no fundo, isto se deve ao fato de que a visão da relação entre o espaço e a sociedade permanece presa à concepção absoluta do espaço. Duas coisas somente podem interagir ou refletir-se mutuamente se elas forem definidas, em primeiro lugar, como coisas separadas. (SMITH, 1988, p. 123)

O espaço urbano é fruto da relação das dimensões em um mesmo espaço, onde as relações sociais ditam a organização e o desenvolvimento urbano. A independência e dissociação do desenvolvimento urbano com as esferas ambiental e social dentro da ideia do desenvolvimento padrão é contestada pelo DS, porém, a ideia do DS propõe a interação dessas esferas como a forma de alternativa para os problemas socioambientais do DS constituem uma grande crítica aos que adotam o conceito do DS. Ou seja, num universo de discussões ambientais, a proposta do DS não propõe uma quebra na racionalidade econômica, e sim, recomenda adicionar a ela a preocupação ambiental e social como solução para a questão urbana.

O que observamos é que a transição para uma sociedade assentada em valores de sustentabilidade é permeada por conflitos (JACOBI, 2014, p. 64). Leff (2000, p. 229) reflete sobre a questão ambiental relacionando-a aos padrões de desenvolvimento eleito pela sociedade ocidental como o mais evoluído, porém, na prática e ao longo da história humana, "a problemática ambiental surge como um sintoma e um questionamento do modelo de civilização construído sobre um conjunto de elementos de racionalidade das sociedades modernas". O desenvolvimento atual e sua vertente como desenvolvimento urbano não aceitam que, segundo Leff (2000, p. 36), "a degradação ambiental não é um resultado direto da pressão demográfica sobre a capacidade de carga dos ecossistemas, mas das formas de apropriação e usufruto da Natureza". Nesse caso, Leff (2000, p. 37) explica que:

A racionalidade econômica, ao maximizar os excedentes e benefícios econômicos a curto prazo, deixa a questão da equidade social e da sustentabilidade ecológica para as políticas distributivas de uma riqueza criada sobre a base da acumulação do Capital. Assim, desvaloriza-se o "longo-prazo" e o patrimônio dos recursos naturais dos povos do Terceiro Mundo.

A citação de Enrique Leff (2000, p. 37) provoca uma reflexão sobre como a sociedade, os territórios, os empregos, a economia, a formação acadêmica, a distribuição socioespacial nas cidades, enfim, tudo o que permeia o cotidiano das cidades e do desenvolvimento urbano é fruto e ao mesmo tempo retroalimenta a permanência da racionalidade econômica,

mantendo inclusive em escalas regionais e nacionais os maiores prejuízos econômicos, ambientais e sociais para os países tidos como de “terceiro mundo” como o Brasil. Nesse cenário, onde reside o desafio das CS para o planejamento urbano e para a gestão urbana? Com as palavras elucidativas de SANFELICI (2016, p. 625) são vários os desafios que a aplicação e a própria conceitualização de CS, DS e Sustentabilidade Urbana acumulam em seus debates:

Desafios estes que se revelam ainda mais urgentes nos países em desenvolvimento – desde problemas básicos de moradia e saneamento, passando por transporte, segregação e acesso desigual ao urbano, até os problemas ambientais que se avultam. Observa-se que avanços em muitos desses campos só podem ser obtidos através de um enfoque integral dos problemas em questão e de formas de cooperação territorial mais sofisticadas no âmbito da gestão das metrópoles e da elaboração e execução de políticas públicas.

Laschefski (2013, p. 164) retrata em seu artigo a cidade como organismo metabólico que consome recursos e energia, e que a sustentabilidade urbana seria como uma utopia, com análise baseada em obra homônima de Thomas Morus, em que remete-se à busca por modelos de cidades que prezem pelos princípios da sustentabilidade urbana (apesar de que a ideia ainda não tinha sido definida como conceito de sustentabilidade devido ao período de análise). O autor LASCHEFSKI (2016, p. 150-152) destaca também registros de cinco séculos atrás, mostrando que há tempos a humanidade ingressou na busca (ainda sem um ponto final) pelo equilíbrio entre crescimento econômico, qualidade de vida com justiça socioambiental e uma relação saudável com a natureza, ressaltando que muitos elementos que marcam hoje a discussão sobre sustentabilidade urbana “não se diferem em muito da visão de Morus, fechando, assim, o ciclo de 500 anos de busca pela sustentabilidade urbana” (LASCHEFSKI, 2016, p. 164).

Sob a ótica do desenvolvimento urbano em que os riscos são generalizados, é preciso ainda refletir sobre o quê de fato impulsionou a sociedade a este ponto. Ao mesmo tempo que é preciso considerar onde a proposta de desenvolvimento sustentável poderia ter sucesso, tendo em vista que observa-se que a gestão urbana, com seus problemas pertinentes a urbanização não-planejada, tem seu “quadro agravado pela atuação do Estado que adota políticas neoliberais, que acabam subsidiando as políticas ambientais que seguem o desenvolvimento sustentável” (LEFF, 2000, p. 262).

Nesse sentido, no trecho de seu livro em que fala sobre a insustentabilidade da atual ordem social e econômica, o estudioso Boff (2013, p. 19) endossa a premissa sobre a necessidade de rever nossa organização política e socioeconômica mundial de forma pragmática ao afirmar que:

Ou encontramos outra forma de produzir e assegurar a subsistência da vida humana e da comunidade da vida (animais, florestas e os demais seres orgânicos) ou então poderemos conhecer um fenomenal fracasso que traz em seu bojo grava catástrofe social e ambiental.

Dessa declaração de Boff (2013) depreende-se que a perpetuação da vida humana e natural depende da inserção de uma consciência ecológica planetária nos processos produtivos e urbanizatórios da humanidade. Entretanto o que se vê no presente é o crescimento das populações e das áreas urbanas, acompanhado de uma apatia às questões de saúde pública, sanitárias e ambientais. O estudioso e crítico da pauta ambiental, Henry Acserald (2015, p. 32), imbuído de suas ideias sobre justiça ambiental e sustentabilidade nas cidades, reflete que:

As diferentes representações sobre o que seja a sustentabilidade urbana têm apontado para a reprodução adaptativa das estruturas urbanas, com um foco alternativamente colocado no reajustamento da base técnica das cidades, nos princípios que fundam a existência cidadã das populações urbanas ou na redefinição das bases de legitimidade das políticas urbanas.

De forma geral, o discurso ambiental vem sendo apropriado por governos, empresas e instituições de forma simplista, reduzindo a problemática ambiental a ações irrisórias ao mesmo tempo em que pouco se altera nas dinâmicas altamente impactantes das bases produtivas e atividades econômicas, no comportamento de consumo e descarte, ou no manejo, preservação e conservação de recursos naturais.

Para ACSERALD (2015), as considerações sobre as CS passam por diversas perspectivas, inclusiva e da duração das cidades como premissa para sustentabilidade urbana. Acserald (2015, p. 32) destaca que:

A cidade é vista assim como o espaço das externalidades negativas, cujo equacionamento se dará na temporalidade do processo de construção de direitos, sejam direitos ao que serão consideradas condições saudáveis de existência, sejam direitos ao usufruto durável da existência simbólica de sítios urbanos. (ACSERALD, 2015, p. 32)

Laschefski (2013, p. 152) afirma que “a busca pela sustentabilidade tem que considerar outras formas sociais de apropriação material e simbólica da natureza e do meio ambiente, que foge dos princípios de produção o espaço das sociedades modernas”. Em conformidade com esse raciocínio, complementamos essa ideia afirmando que as cidades sustentáveis devem ter em suas práticas de sua gestão três princípios fundamentais para garantir a resiliência urbana: mitigação (com relação à vulnerabilidade), adaptabilidade (no aspecto de promover medidas que respondam a novos impactos e pressões socioambientais para atingir patamares de equilíbrio socioambiental) e recuperação, entendida como a capacidade urbana de se auto-organizar (BRAGANÇA E VIEIRA, 2013, *apud* ALVES, 2013, p. 16).

Assim, consideramos aqui que os contras da proposta de CS, ou seja, seus pontos fracos que contradizem e polemizam as propostas desse discurso, consistem na fragilidade do DS e na pouca aderência a uma noção sistêmica de uma sustentabilidade urbana que possa guiar o planejamento e a gestão para um desenvolvimento urbano sustentável. Ao mesmo tempo que reconhecemos os problemas dessa ideia, o autor Leff (2000) esclarece que:

A solução da contradição está na construção de uma nova racionalidade produtiva que incorpore os valores, normas e princípios do Ambientalismo como forças materiais e sociais para um desenvolvimento alternativo das forças produtivas e para o seu controle democrático, mediante os princípios da gestão participativa. [...] O saber ambiental emerge assim como uma consciência crítica e avança com um propósito estratégico. (LEFF, 2000, p. 233-234)

As palavras acima de LEFF (2000), de que uma racionalidade baseada na consciência ambiental torna-se propósito estratégico para as cidades, reforça a crença de que apenas com uma noção da sustentabilidade urbana sistêmica e dessa ruptura dos paradigmas de racionalidade econômica vigentes é que seria possível a implementação da NAU e do ODS 11 na gestão e planejamento urbanos para atingir os patamares e princípios desejados a CS, de forma a melhorar as condições ambientais e socioeconômicas nas cidades que adotassem essas diretrizes

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O meio ambiente, em sua complexidade, abrange não somente a esfera dos recursos naturais, fauna e flora – abrange a sociedade humana como seres vivos parte do sistema planetário, contudo, nossa visão de desenvolvimento urbano e da construção dos assentamentos humanos nos afasta desse entendimento, fazendo com que ao mesmo tempo a humanidade negue sua inserção como elemento submisso às questões de natureza planetária como também negue em suas dinâmicas de acumulação de riquezas os seres humanos que menos tenham condições de acumulá-las.

Porto-Gonçalves (2012, p. 27) afirma de forma categórica que “o desafio ambiental continua a nos convidar à busca de alternativas ao e não de desenvolvimento”. Por isso, Cidades Sustentáveis farão sentido quando buscarem romper com os princípios do sistema econômico capitalista que é a matriz de problemas ambientais e conseguirem articular um novo sistema de desenvolvimento que consiga abrigar essas questões sem recair no destaque da dimensão econômica do tripé da sustentabilidade em detrimento das dimensões social e ambiental.

Enquanto isso, Souza (2016, p. 13) destaca que para atingir a sustentabilidade sistêmica “é necessário um processo de mudança direcional relativa ao padrão de desenvolvimento aplicado e pensado nos dias atuais”. O discurso do DS é fragilizado pois se observa que sua replicação ocorre num sentido de repetição, de discursos que se propõem a ser transformadores mas que em suas práxis permanecem sem a quebra de paradigma, não havendo a ruptura do desenvolvimento atual para um modelo diferente de desenvolvimento que priorize igualmente as três dimensões. O DS expande o senso comum das questões de meio ambiente e mudanças climáticas, deixando-as mais conhecidas, enquanto polemiza quanto às suas soluções, contestadas por observar-se uma tendência em sua práxis: o discurso do DS permanece na fala dos governantes e empresários mas suas ações legitimam o desenvolvimento vigente, continuando a priorizar o crescimento econômico acima de problemáticas socioeconômicas e ambientais.

Uma perspectiva de desenvolvimento urbano que vise de fato melhorar as condições de vida e de base produtiva nas cidades precisa ser mais ampla do que a visão dos problemas locais como problemas daquele local geográfico. Souza (2016, p. 13) destaca que para atingir uma sustentabilidade urbana é preciso, primordialmente:

Entender as dinâmicas das cidades, dos seus assentamentos, das relações humanas entre si e com os ecossistemas e principalmente como cada um desses fatores é considerado dentro da sustentabilidade é a grande chave para o encaminhamento da cidade para rumos mais sustentáveis. (SOUZA, 2016, p. 13).

O contexto político regional, a base econômica e suas relações de mercado de trabalho e dinâmicas produtivas, os recursos ambientais, as características geográficas e climáticas, a construção social do espaço e sua perspectiva histórica: uma cidade é fruto de todas essas dimensões e interações, por isso, o desenvolvimento dela não pode se restringir às suas fronteiras institucionalizadas, mas considerar toda essa conjuntura para daí emergir um desenvolvimento urbano coerente.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Da desfeticização do ambiente à sociologia da desmobilização – trajetórias de pesquisa. (25-48). In: FERNANDES, Ana Cristina; LACERDA, Norma; PONTUAL, Virgínia (orgs.). *Desenvolvimento, planejamento e governança: o debate contemporâneo*. Rio de Janeiro: Letra Capital, ANPUR, 2015.

\_\_\_\_\_. Discursos da sustentabilidade urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n.1, p.79-90, 1999.

ALVES, Vítor Emanuel Pinto. *Estratégias para a Melhoria da Capacidade Resiliente das Cidades*. Universidade do Minho/Escola de Engenharia. (Dissertação de Mestrado).

Disponível em:

<[https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/31155/1/Tese\\_V%C3%ADtor%20Emanuel%20Pinto%20Alves2013.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/31155/1/Tese_V%C3%ADtor%20Emanuel%20Pinto%20Alves2013.pdf)> Acesso em 15 jun. 2018

BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade: o que é, o que não é*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 2a ed.

FERREIRA, Mauro. Sustentabilidade e planejamento urbano e regional. *Ciência ET Praxis*, [S.l.], v. 6, n. 11, p. 7-12, abr. 2017. Disponível em:

<<http://revista.uemg.br/index.php/praxys/article/view/2113>>. Acesso em: 01 Nov. 2018.

FURTADO, Fátima. Cidades resilientes: considerações conceituais. In: FURTADO, Fátima; PRIORI, Luiz; ALCÂNTARA, Ednéa (Org.). *Mudanças climáticas e resiliência de cidades*. Recife: Pickimagem, 2015. p. 19-30.

JACOBI, Pedro Roberto. Meio ambiente, reprodução social e consumo – mudanças climáticas. (49-68). In: FERNANDES, Ana Cristina; LACERDA, Norma; PONTUAL, Virgínia



(orgs.). *Desenvolvimento, planejamento e governança: o debate contemporâneo*. Rio de Janeiro: Letra Capital, ANPUR, 2015.

LASCHEFSKI, Klemens. 500 anos em busca da sustentabilidade urbana. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 15, n. 29, p.143-169, jun. 2013. Semestral. Disponível em: <[http://cadernosmetropole.net/system/artigos/arquivos/000/000/254/original/cm29\\_255.pdf?1474650656](http://cadernosmetropole.net/system/artigos/arquivos/000/000/254/original/cm29_255.pdf?1474650656)>. Acesso em: 05 ago. 2018.

LIMONAD, Ester. A insustentável natureza da sustentabilidade: da ambientalização do planejamento às cidades sustentáveis. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 15, n. 29, p.123-142, jan/jun 2013. Semestral. Disponível em: <[http://cadernosmetropole.net/system/artigos/arquivos/000/000/253/original/cm29\\_254.pdf?1474650656](http://cadernosmetropole.net/system/artigos/arquivos/000/000/253/original/cm29_254.pdf?1474650656)>. Acesso em: 23 dez. 2017.

LEFF, Enrique. *Ecologia, Capital e Cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau: Editora da FURB, 2000. 381 p. Tradução de Jorge Esteves da Silva.

MARICATO, Ermínia. The Future of Global Peripheral Cities. *Latin American Perspectives*, v. 44, n. 02, p. 18-32, jun. 2017. Semestral. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0094582X16685174>>. Acesso em: 06 mai 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *17 objetivos para transformar o nosso mundo*. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acesso em: 23 out. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – HABITAT (ONU-HABITAT). *NOVA AGENDA URBANA*. Quito: ONU, 2016. 54 p. 3ª Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III). Disponível em: <<http://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Angola.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2017

PAINEL BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – PBMC (Brasil). Ministério do Meio Ambiente (Org.). *Quinto relatório do IPCC mostra intensificação das mudanças climáticas*. 2013. Disponível em: <<http://www.pbmc.coppe.ufrj.br/pt/noticias/373-quinto-relatorio-do-ipcc-mostra-intensificacao-das-mudancas-climaticas>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

PESSOA, Zoraide Souza. *A metrópole periférica: identidade e vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Natal-RN/Brasil*. 2012. 276 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Doutorado Ambiente e Sociedade, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: <[http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/tese\\_zoraidepessoa.pdf](http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/tese_zoraidepessoa.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *O desafio ambiental*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

PRADO, André Luiz. Desenvolvimento urbano sustentável: de paradigma a mito. *Oculum Ensaios*, Campinas, v. 12, n. 1, p. 83-97, 2015.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: includente, sustentável e sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 1152 p.

SANFELICI, Daniel. A centralidade das aglomerações metropolitanas na economia globalizada: fundamentos econômicos e possibilidades políticas. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 18, n. 37, p. 623-646, dez. 2016. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2236-99962016000300623&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962016000300623&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 06 jan. 2018

SMITH, Neil. A produção do espaço. (109-147). In: SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Cássia Silva. *Sustentabilidade Urbana: conceitualização e aplicabilidade*. 2016. 66 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Tecnologias Para O Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal de São João Del-rei, Ouro Branco, 2016. Disponível em: <[https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/ppgtds/DISSERTACOES/Cassia\\_Souza.pdf](https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/ppgtds/DISSERTACOES/Cassia_Souza.pdf)>. Acesso em: 08 out. 2018.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. São Paulo: Garamond, 2005.